

Resumo de notícias econômicas

16 de Setembro de 2021 (quinta-feira)

Ano 3 n. 175

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 16 SETEMBRO DE 2021

Brasil investe US\$ 1 bilhão em importação de placas solares por ano, diz estudo

Folha de São Paulo

O avanço do mercado de geração de energias alternativas nos últimos anos turbinou as importações de placas solares no Brasil. O investimento quadruplicou desde 2016, para US\$ 1 bilhão em negociações por ano, segundo estudo do Etene, escritório de estudos econômicos vinculado ao Banco do Nordeste. Em 2012, quando o setor começou a ser incentivado no país, a entrada dos equipamentos girava em torno de R\$ 3 milhões, diz o estudo, que usou dados do Ministério da Economia para o levantamento.

Quase a totalidade das placas vem da China e chega, principalmente, pelos portos de Santos (SP), Salvador (BA), Itajaí (SC) e Paranaguá (PR). A região Nordeste é responsável pela maior parte da energia solar gerada no Brasil. O Etene diz que a crise hídrica, que eleva a tarifa de energia elétrica, deve fazer o volume de negócios crescer ainda mais, e defende a consolidação de um parque industrial de produtos fotovoltaicos no país para diminuir as importações.

Um projeto de lei que incentiva a geração de energia solar já foi aprovado pela Câmara dos Deputados em agosto e aguarda votação do Senado. O chamado marco regulatório da minigeração e microgeração distribuída no Brasil, entre outros itens, mantém até 2045 os benefícios na tarifa de quem já produz energia renovável ou vai instalar até um ano depois da publicação da lei.

Preços, juros e risco fiscal

Mesquita diz que redução na projeção de alta do PIB para 0,5% em 2022 ocorre por causa de preços, juros e risco fiscal

O Estado de S. Paulo

Economista-chefe do Itaú, Mário Mesquita disse que a incerteza fiscal no País resulta em juros elevados e preocupa mais do que as eleições de 2022. Outro fator que fez o banco rever suas projeções é a inflação. A piora na projeção para a inflação, principalmente neste ano, mas também no próximo, é a principal responsável pela revisão para baixo nas estimativas de crescimento do Itaú para 2022, explicou Mário Mesquita, economista-chefe da instituição financeira e ex-diretor do Banco Central (BC). O economista não incorporou no cenário “grandes estresses pré-eleitorais”, mas observa que dúvidas a respeito do arcabouço fiscal brasileiro se traduzem em juros de mercado mais elevados. Leia trechos da entrevista.

- Por que, ao revisar a projeção de crescimento econômico em 2022 para apenas 0,5%, o Itaú destacou o efeito da alta de juros?

A grande revisão que a gente fez foi de inflação (para cima). Por conta disso, tivemos que fazer uma revisão também do cenário de política monetária. Tínhamos os juros (a taxa básica Selic) terminando o ciclo (com altas até fevereiro de 2022) em 7,5% (ao ano, ante 5,25% ao ano, atualmente). Agora, temos 9%. Vemos também a economia mundial crescendo um pouco menos no ano que vem do que esperávamos antes. É uma ajuda menor que vamos receber da economia global. E, apesar do ruído todo sobre novos programas sociais, ainda achamos que o novo Bolsa Família vai ter um montante menor do que a soma hoje em dia do auxílio emergencial com o atual Bolsa Família. Então, vamos ter uma redução do impulso fiscal (efeito dos gastos públicos na atividade econômica) também.

- Como o risco político-institucional, incluindo a possibilidade de eleições não serem reconhecidas, entra no cenário?

Não incorporamos grandes estresses pré-eleitorais no cenário, por ora, mas observamos que as dúvidas que existem a respeito do arcabouço fiscal brasileiro, mais

especificamente do teto de gastos (regra que limita o gasto público federal de um ano ao mesmo valor do ano anterior, corrigido apenas pela inflação), acabam se traduzindo em juros de mercado mais elevados. Isso não é bom para a atividade econômica. Venham de onde vierem, dúvidas sobre o arcabouço fiscal brasileiro acabam afetando a atividade econômica, mesmo mais de um ano antes da eleição. A preocupação maior é muito mais com isso do que com o cenário eleitoral.

- As incertezas sobre qual será a política econômica do próximo governo não atrapalham?

Há muita incerteza sobre isso. Os pré-candidatos não estão entrando em detalhes sobre política econômica. Prefiro não me precipitar e já sair alterando projeções em função de fatores que estão ainda tão incertos.

- A dúvida sobre isso não reduz o crescimento em 2022?

Incerteza em geral, não só associada à eleição, mas também a outros fatores, como a crise hídrica e o próprio ritmo da economia global, não ajuda projetos de investimentos, decisões de gastos mais vultosos. Ao longo do processo eleitoral, imagino que os vários candidatos vão apresentar suas prioridades, suas preferências em termos de política econômica. Então, a incerteza vai acabar sendo dirimida.

- Como a crise hídrica entra no cenário?

A alta do preço de energia foi um dos fatores que levaram a elevar a projeção de inflação. Então, ela já está influenciando o nosso cenário. Não trabalhamos, no nosso cenário básico, com racionamento. Ainda achamos que é uma probabilidade limitada, de uns 10%. Se formos para uma redução obrigatória do consumo de energia, a experiência de 2001 sugere uma elasticidade de um para cinco. Então, cada ponto porcentual de redução obrigatória do consumo de energia tira 0,2% (de crescimento do PIB).

- O sr. citou incertezas fiscais, mas o relatório de revisão das projeções menciona os gastos públicos como um fator a frear o crescimento econômico. Como um desequilíbrio maior das contas públicas poderia atrapalhar o crescimento?

A nossa fragilidade fiscal é relevante e faz com que aumentos de gastos fora do teto possam gerar tal reação nos preços de ativos, na curva de juros (com alta dos juros

de mercado), que a demanda que você injeta (por meio da eventual elevação de gastos públicos) com uma mão o mercado retira com a outra. Aí, ficamos sem impacto relevante no PIB. Isso é algo que pode perfeitamente ocorrer num país com os problemas fiscais que o Brasil tem. No ano que vem, embora esperemos menos impulso do lado do gasto público, esperamos que a dívida pública volte a crescer. Isso reforça que temos uma fragilidade fiscal bastante relevante.

- A alta do juro conseguirá baixar a inflação ano que vem?

Se o BC levar a taxa de juros para a 9%, a política monetária vai conseguir trazer a inflação para baixo. O câmbio não deve ser um fator de pressão adicional. Os preços de commodities internacionais também não deverão adicionar pressão. Não é visão consensual no mercado, mas vemos um processo inflacionário em que esses itens, que mais vêm pressionando a inflação, deixariam de ser vilões e contribuiriam para a desinflação. São os preços de bens comercializáveis, até com a regularização de alguns gargalos de produção, que, independentemente da política monetária, (essas reduções) acontecerão.

Randon terá linha férrea própria no interior de SP

Broadcast

Após adquirir sete empresas em dois anos e finalizar um processo de ampliação de capacidade produtiva de várias de suas unidades, o grupo Randon lança amanhã, em sua divisão de implementos, a pedra fundamental da construção de uma malha ferroviária na unidade de Araraquara (SP). A filial também inaugura novas instalações após obras que começaram em 2019, um ano após o início da operação da unidade sob o comando do grupo familiar.

A linha férrea partirá de dentro da fábrica e percorrerá 1,5 km transportando vagões, reboques e semirreboques a um ramal principal na mesma cidade, de onde serão enviados para clientes da empresa em todo o País por ferrovias. A obra ficará pronta em 2023.

O presidente da empresa, Daniel Randon, diz que o transporte hoje é feito por rodovia, o que exige complexa logística. Os implementos precisam ser levados até a cidade de Sumaré, onde são montados em um galpão, num percurso total de 150 km.

“Com a linha, eles vão sair de dentro da fábrica montados até o ramal, onde teremos área de armazenamento para 40 a 50 vagões”, afirma Randon. “Vamos diminuir o tempo de entrega no mínimo em cinco dias, além de reduzir custo logístico e melhorar a qualidade da operação.” O projeto está contemplado no investimento de R\$ 40 milhões que o grupo fez na ampliação da capacidade produtiva da fábrica, que passa de 25 para 45 reboques ao dia e de 8 para 16 vagões. Como é uma operação conectada a outras do grupo, a capacidade total diária atingirá 150 reboques, ante 130 hoje.

A ampliação já gerou 170 novos postos de trabalho e mais 90 serão abertos nos próximos meses. A unidade de Araraquara emprega atualmente 500 funcionários. O grupo todo tem 14 mil funcionários, dos quais mil no exterior. Segundo o diretor-geral da Randon Implementos, Sandro Trentin, há grande demanda por semirreboques e vagões ferroviários principalmente por parte dos setores de agronegócio e mineração, assim como de transporte de produtos em geral por causa do aumento de vendas pelo e-commerce.

Será que a economia espacial vai decolar?

Reuters

O espaço está na moda. Os bilionários – Elon Musk, Jeff Bezos e Richard Branson – deram à indústria um prestígio que não era visto desde a era Apollo, nos anos 1960 e 1970, com Branson e Bezos viajando ao espaço em voos suborbitais em suas próprias espaçonaves e a SpaceX de Musk se tornando a principal empresa a enviar pessoas e cargas para a Estação Espacial Internacional. Os investidores estão com medo de ficar de fora. Isso foi uma ótima notícia para as empresas espaciais que esperavam conseguir uma fatia do negócio de lançamento de satélites. Mas também fez com que os analistas alertassem que o espaço é um negócio nascente e arriscado, a uma explosão de foguete do desastre.

Centenas de milhões de dólares estão fluindo para uma indústria há muito considerada arriscada para investimentos sérios. Novas startups estão surgindo em um ritmo que traz à memória os primeiros dias do boom da tecnologia do Vale do Silício. O general John “Jay” Raymond, chefe de operações espaciais da Força Espacial dos EUA, chegou a prever que o investimento no setor espacial comercial levaria a “uma segunda era de ouro”.

Na última década, investidores injetaram US\$ 200 bilhões em 1,5 mil empresas espaciais, segundo a Space Capital, empresa de capital de risco. Os investimentos em novas empresas chegaram a US\$ 7,6 bilhões em 2020, alta de 16% em relação a 2019, segundo a consultoria Bryce Space and Technology. Isso ajudou a impulsionar a economia global espacial, que cresceu 4,4% em 2020, aponta a ONG Space Foundation. Nos últimos 10 anos, a economia espacial cresceu 55%, diz a organização, que calcula que o mercado de produtos e serviços espaciais movimentou US\$ 219 bilhões. Além desses investimentos, várias empresas espaciais abriram o capital no ano passado por meio de empresas de aquisição de propósito específico (SPACS). A Virgin Galactic, empresa de turismo espacial de Branson, foi uma das primeiras a recorrer ao sistema apelidado de “IPO do cheque em branco”. Mas as ações podem ser voláteis. As ações da Virgin Galactic caíram depois que a Administração Federal de Aviação dos EUA (FAA) revelou investigar a empresa depois que seu voo espacial, com Branson a bordo, saiu da área autorizada. A Astra, startup de foguetes, viu suas ações caírem depois que uma tentativa de lançamento falhou no mês passado.

Apesar disso, nos últimos meses, mais de uma dezena de empresas abriram o capital ou que pretendem fazer isso. Entre elas está a Planet, que construiu uma constelação de satélites para capturar imagens da Terra, e a Rocket Lab, que lançou dezenas de pequenos satélites em seu foguete, o Electron. A lista inclui ainda a Virgin Orbit, que “lançou” um foguete desenvolvido para enviar satélites para a órbita debaixo da asa de um Boeing 747.

Projeto da 'BR do Mar' volta a incluir isenções tributárias

Broadcast

As empresas do setor portuário poderão retomar a partir do próximo ano o benefício tributário que acabou extinto no fim de 2020 devido à resistência do Ministério da Economia. A previsão está no relatório apresentado ontem ao projeto de incentivo à navegação na costa brasileira, o BR do Mar, que deve ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado na próxima semana. O parecer do senador Nelsinho Trad (PSD-MS) propõe que o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) seja retomado em 2022, por dois anos. A expectativa de que a benesse seja reativada anima o setor privado. A renovação ainda poderá, no entanto, esbarrar no Ministério da Economia.

Apesar de já ser esperado que o Reporto fosse resgatado por meio do BR do Mar, não há garantia de que a pasta não trabalhará para excluir a previsão do texto, apurou o Estadão/broadcast. Mesmo aprovada, a possibilidade de veto não é descartada.

O Reporto foi instituído em 2004. Com ele, foram suspensas a cobrança do IPI, do PIS/ Cofins e Imposto de Importação na compra de máquinas e equipamentos para os terminais portuários. Quando o BR do Mar foi discutido na Câmara, em dezembro do ano passado, os deputados aprovaram a prorrogação do regime até o fim de 2021. Como o projeto ficou parado no Senado, as empresas não puderam usufruir o benefício neste ano.

Lideranças da Coalizão Portuária levaram o pleito ao presidente Jair Bolsonaro em reunião realizada em março. “Conversamos durante muito tempo com a equipe técnica, e acho que as coisas ao passar do tempo têm amadurecido. E eu acho que essa vigência de dois anos tenha sido feita de acordo com a Economia (ministério)”, disse o presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), almirante Murillo Barbosa. Procurado, o Ministério da Economia afirmou que não comentaria.

Softbank anuncia fundo de US\$ 3 bi e aumenta aposta na América Latina

Broadcast

O fundo japonês Softbank aumentou a aposta na América Latina. Ontem, foi anunciado o segundo fundo da companhia, com valor inicial de US\$ 3 bilhões. Com o primeiro, de US\$ 5 bilhões, a gigante comprou participação em 15 dos 25 unicórnios latino-americanos. No entanto, Marcelo Claure, diretor executivo do Softbank Group e responsável por comandar os fundos na América Latina, disse acreditar que esse dinheiro não vai durar nem até o ano que vem: a meta é chegar a US\$ 10 bilhões em investimentos até 2022. “Já estamos pensando em anunciar um fundo ainda maior em 2022”, disse.

Nem mesmo as crises política e econômica pelas quais passam alguns países da região (com o Brasil incluso) tiram o otimismo do executivo com o crescimento das empresas por aqui. A atual elevação da taxa de juros no Brasil – e a expectativa de que o mesmo aconteça nos Estados Unidos em breve –, o que pode pressionar o retorno dos investimentos, não desanima o executivo. “É muito difícil voltar ao mundo como era antes. A mudança é muito mais forte do que qualquer elevação de taxa de juros”, afirmou

- O fundo é menor do que o primeiro anunciado para a América Latina em 2019.

O que mudou?

Pensávamos que o fundo de US\$ 5 bilhões teria duração de cinco anos, ou seja US\$ 1 bilhão por ano. Nesse momento, todos pensaram que estávamos loucos. Mas tínhamos a hipótese de que havia grandes empreendedores na América Latina e que faltava capital para impulsioná-los. No fim, a nossa hipótese se mostrou acertada. Nos dois primeiros anos investimos US\$ 2,3 bilhões. Somente neste ano, vamos chegar a US\$ 5 bilhões e, no ano que vem, estimamos que serão US\$ 10 bilhões investidos. O crescimento das empresas de tecnologia está muito grande. Todo o valor que vamos investir só cobre até este ano e já estamos pensando em anunciar um fundo ainda maior em 2022.

- O foco continuará em startups que já tenham tamanho relevante e que tenham sido testadas?

Somos o único fundo na América Latina que está aberto para investir em todas as fases. Somos os únicos que podem investir R\$ 500 milhões em uma manhã e R\$ 1 bilhão à tarde e com presença em toda a América Latina.

- Mas os investimentos do Softbank ainda não são tão usuais em empresas menores.

Quando começamos, estávamos focados em empresas que já tinham uma linha de negócio testada e boa possibilidade de crescimento. Agora, queremos expandir os investimentos em empresas de estágio inicial. Um exemplo é a Olist, na qual investimos algo de R\$ 100 milhões a R\$ 150 milhões, e hoje já vale R\$ 1,5 bilhão. Mas, além delas, queremos investir em grandes empresas que precisam passar por digitalização.

- Que tipos de empresas? As mais tradicionais?

Um exemplo é o que fizemos no México, em que investimos na Televisa, que é praticamente uma Rede Globo por lá. Vai ser uma forma para competir com a Netflix no mercado latino. Esse é um grande exemplo de empresa grande e tradicional que tem um grande potencial de ganho com a digitalização. Essas empresas grandes estão se movimentando para não desaparecerem. Vamos ter um mundo fascinante a partir de agora e veremos grandes batalhas entre as companhias digitais e as tradicionais. Esse é só o início da relação do Softbank com a América Latina.

- A reabertura dos mercados e uma eventual volta à vida normal vai ser positiva para o setor de tecnologia?

A pandemia acelerou o mercado de maneira desproporcional e está ocorrendo uma digitalização de tudo o que fazemos. As pessoas estão aprendendo que, agora, não é necessário mais ir a uma loja para fazer uma compra. E com a reabertura dos mercados, o crescimento dessas empresas vai se acelerar ainda mais. Por isso, queremos ter o capital necessário.

- Parte dos países da América Latina, incluindo o Brasil, está sofrendo com crises econômicas, alta da inflação e aumento na taxa de juros. Isso não aumenta o risco?

As empresas em que investimos têm crescimento acelerado e não são tão afetadas por problemas na política, inflação ou de crescimento nas taxas de juros. É muito difícil voltar ao mundo como era antes. Eu tenho uma filha de 22 anos e dei um carro para ela ao fim da faculdade. Ela pediu que eu devolvesse o carro porque ela não queria se preocupar com seguro, estacionamento e nem com possíveis roubos. Nosso pensamento é a transformação digital dos setores. A mudança é muito mais forte e do que qualquer elevação de taxa de juros.

Defesa de reforma une empresários e servidores

O Estado de S. Paulo

Em meio à pandemia, surgiu um grupo com o objetivo de elevar o nível do debate a respeito da reforma administrativa e da gestão pública como um todo. Chamado de Pessoas à Frente, o movimento foi criado em 2020 para se tornar uma espécie de área de RH de apoio ao poder público brasileiro e conta com grandes nomes da iniciativa privada, como a Fundação Lemann, e instituições como a Fundação Dom Cabral e a FGV. Mas o diferencial é que nesse grupo há servidores dos mais diversos órgãos, como o Ministério da Economia, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) e o Tribunal de Contas da União.

É um grupo que está pensando em um Estado mais efetivo com a participação de quem vive o dia a dia do funcionalismo público. E tem o objetivo de acabar com o estigma que os servidores enfrentam no Brasil. Afinal, é comum ouvir que governos gastam muito com salários e que os funcionários trabalham pouco. Do outro lado, os defensores dos servidores admitem falhas, mas culpam muito mais a falta de estrutura.

Apesar de ter sido oficializado em 2020, o movimento deu os primeiros passos em 2017 com quatro organizações do terceiro setor que discutiam maneiras para melhorar a situação do Estado: além da Fundação Lemann, participavam das conversas a Fundação Brava, o Instituto Humanize e a República.org. Em 2020, houve a percepção de que era necessária uma construção conjunta e colaborativa, algo que não estava sendo feito até então. A partir daí, servidores começaram a ser convidados para encontros, e algumas certezas passaram a ser questionadas.

Uma delas foi a questão do fim da estabilidade, comumente apontada como uma das grandes soluções para tornar o Estado mais eficiente. Cibele Franzese, professora da FGV, foi uma das que mudaram de posição. “Existem funções fragilizadas, como o de professores. Como vamos tirar a estabilidade de pessoas que não têm estrutura para trabalhar? Então, tirar a estrutura nesse momento só pioraria a situação”, diz.

Pedro Pontual, presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas (Anep), afirma que houve resistência dos trabalhadores do setor público, acusados de serem ineficientes pela iniciativa privada. Mas, com o tempo e após algumas discussões, o grupo conseguiu trazer vozes plurais e criar um ambiente para uma discussão ampla do problema. Pontual admite que existem distorções no setor público, mas que atingem apenas uma minoria dos servidores – e foi algo que passou a ser visto com mais atenção pelos representantes do terceiro setor e da iniciativa privada. “Na questão de gestão de desempenho, por exemplo, é preciso fazê-la sabendo das condições em que as pessoas estão trabalhando. Como vamos avaliar um profissional de TI que não tem nem computador para trabalhar?”, questiona. “Discutir auxílio-moradia para quem reside na mesma cidade em que trabalha e possui casa própria é válido, mas existem cargos que precisam fazer deslocamentos, e o servidor não pode levar a família. Nem todo auxílio-moradia é privilégio. É algo que tem na iniciativa privada.”

China cita investimentos e diz esperar estabilidade do Brasil

Folha de São Paulo

O governo da China espera estabilidade no Brasil do governo Jair Bolsonaro, lembrando que tem mais de US\$ 80 bilhões investidos no país. "Como amigos do Brasil, esperamos que o país mantenha a estabilidade e o contínuo desenvolvimento", afirmou Qu Yuhui, ministro-conselheiro e porta-voz da embaixada do país asiático em Brasília. Ele respondia a uma questão feita pela Folha acerca da grande instabilidade da semana passada, após o presidente fazer discursos golpistas ante multidões de apoiadores nos atos do 7 de Setembro —dois dias depois, Bolsonaro ensaiaria um recuo tático.

De forma previsível, Qu afirmou que "não cabe a nós comentar os assuntos internos do Brasil". Continuou, contudo: "Vale salientar que a China é um dos principais investidores no Brasil, com um volume de aportes em ascensão" de US\$ 80 bilhões e "40 mil empregos diretos".

O governo Bolsonaro tem uma relação ciclotímica com seu maior parceiro comercial. Ideologicamente, a base bolsonarista adota um discurso anticomunista, e há uma coleção de episódios nos quais o presidente, ministros ou algum de seus filhos buscaram criticar a ditadura de Pequim. Quase sempre, como é padrão do grupo, ataques vinham seguidos de recuos e tentativas de pedidos de desculpa. Na quinta passada (9), Bolsonaro por exemplo adotou um tom cordial e cooperativo durante a videoconferência com demais líderes do Brics, grupo cujo acrônimo em inglês reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

"Essa parceria tem se mostrado essencial para a gestão adequada da pandemia no Brasil, tendo em vista que parcela expressiva das vacinas oferecidas à população brasileira é produzida com insumos originários da China", disse o brasileiro.

Sistema financeiro sólido, segundo o BC

Broadcast

O Sistema Financeiro Nacional mantém sua solidez, e a política macroprudencial seguida pelo Banco Central (BC) – com o objetivo de manter a higidez do sistema – “segue adequada, sem necessidade de ajustes no curto prazo”. Esta é a avaliação feita pelo Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) do BC em sua última reunião, realizada no fim de agosto. Segundo a ata da reunião divulgada pelo BC, “os resultados dos testes de estresse mostram que o sistema está resiliente”. É uma avaliação tranquilizadora num período em que, se não prejudica o desempenho das instituições financeiras do País – cuja solidez é essencial para assegurar o bom funcionamento e o crescimento da economia –, o estresse já afeta outras decisões empresariais importantes, como as de investimentos na ampliação e modernização do sistema produtivo.

Também se encontra sob forte estresse o ambiente político-institucional em razão de ameaças explícitas à ordem constitucional feitas por importantes detentores de mandato eletivo. Igualmente estressados estão trabalhadores que perderam ocupação ou renda e suas famílias, já sob forte tensão diante da crise sanitária, das incertezas e da alta generalizada dos

preços. O sistema financeiro, felizmente, mantém suas operações em situação menos tensa. Os índices de capitalização e de liquidez estão em níveis superiores aos exigidos pelos padrões de prudência. A rentabilidade avança, com destaque para a redução das despesas com provisões para créditos. É sinal de que são pequenos os riscos de perdas excepcionais com as operações de crédito já realizadas.

E o crescimento do crédito é amplo, “condizente com os atuais fundamentos econômicos e é verificado em diversos segmentos”. Taxas de juros historicamente baixas e a retomada gradual do crescimento são apontadas como fatores para o crescimento do crédito.

Entre os pontos para os quais chama a atenção, o Comef cita o aumento do apetite por risco das instituições financeiras em algumas modalidades de crédito, como para o setor imobiliário e para os financiamentos de veículos, especialmente usados.

Entre riscos, ainda moderados, o BC citou a aceleração da inflação nas economias avançadas, que traz a possibilidade de aperto nas condições monetárias mundiais. Não se falou da inflação brasileira.

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.*

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.